

Mercantilização, elo de ligação entre técnica e desqualificação

O caso do ensino superior

Resumo

O presente artigo pretende demonstrar, para o ensino superior, como a mercantilização do mesmo leva a que os novos meios técnicos se traduzam em desqualificação do professor.

Na primeira parte, é salientado o processo de mercantilização do ensino superior resultante do desmantelamento do *Estado do bem-estar* na Europa ocidental.

Seguidamente, é referido o *e-learning* enquanto modalidade de ensino-aprendizagem a distância mais sofisticada do que as suas antecessoras, mantendo simultaneamente as potencialidades destas enquanto propiciadoras de um ensino de massas.

Finalmente, é explicado como a mercantilização, por via “taylorização” do trabalho do professor, estabelece um elo entre *e-learning* e desqualificação do professor.

Palavras-chave: mercantilização; ensino superior; *e-learning*; comunidade de aprendizagem; desqualificação profissional.

Abstract

The present paper intends to demonstrate that the commoditization of higher education implies that the new technical ways of teaching/learning act as a device to deskill the professor.

The first part emphasizes the process of commoditization of higher education resulting from the dismantlement of the Welfare State in Western Europe.

The second part refers the *e-learning* as a more sophisticated version of distance learning, simultaneously keeping the potential of distance education as mass education.

Finally, it is explained how the commoditization of higher education, through the “taylorization” of the professor’s work, acts as link between the *e-learning* and the deskilling of the professor.

Keywords: commoditization; higher education; *e-learning*; learning community; deskilling.

1. Mercantilização do ensino superior.

O primeiro governo britânico liderado por Margaret Thatcher representou o início do ataque ao *Estado do bem-estar* na Europa ocidental. De então para cá, por todo o lado se tem verificado um progressivo esbatimento da intervenção social do Estado: por via da extinção de serviços, da redução do carácter social dos mesmos e da passagem de funções para o sector capitalista da economia.

Os governantes apresentam várias justificações para a tomada destas medidas, entre as quais sobressai a alegação de que as dificuldades orçamentais impedem a manutenção do *Estado do bem-estar* tal como ele vigorou nas décadas de 60 e 70. Neste caso, apenas não explicam de forma convincente por que motivo tais dificuldades só se iniciaram no final da década de 70 ou princípio da década de 80.

O ensino superior não tem escapado à tendência geral. No caso português, o esbatimento do carácter social deste tipo de ensino tem-se traduzido, em certa medida, na consideração mais ou menos implícita de que o mesmo beneficia aqueles que o frequentam e, assim sendo, quem pretender tais benefícios deve contactar uma organização que ministre cursos superiores, suportando o custo inerente. Trata-se, portanto, de um *bem privado* e, assim sendo, justifica-se plenamente a abertura do sector a empresas privadas (independentemente da forma jurídica e comercial de apresentar as organizações).

O esbatimento do carácter social tem-se traduzido, também, no acréscimo do custo de frequência dos cursos a cargo do Estado; significando isto que, na tradicional consideração deste tipo de ensino como *bem semi-público*, a palavra “público” tenha, objectivamente, uma expressão cada vez menor. Neste caso, em termos conceptuais básicos os governos partem implicitamente do princípio, segundo o qual, o ensino superior ainda beneficia em certo grau a sociedade e, assim sendo, ainda existe a necessidade de o mesmo ser parcialmente financiado por via de impostos – embora em percentagem cada vez menor.

Em qualquer dos casos supracitados, embora de forma mais explícita no primeiro, a palavra que melhor sintetiza esta política governamental é *mercantilização*. Parafraseando um ex-ministro da Saúde português, “quem quer formação superior, pague-a”.

Entramos então, de forma completa ou aproximada, no domínio da produção de *mercadorias*¹. Neste caso, na produção da mercadoria *ensino superior*. Para esse efeito, como em qualquer outra actividade de produção de mercadorias, as empresas privadas tratam de auscultar o *mercado* e conhecer os *clientes* potenciais no que concerne as suas características pertinentes. Posteriormente, com base nesse conhecimento, (1) configuram a mercadoria *ensino*, (2) definem os seus custos e atribuem-lhe um preço, (3) localizam os pontos no território onde esta mercadoria deve ser vendida e (4) promovem-na comercialmente.

Quanto melhor decorrer o processo acabado de referir tanto mais os clientes potenciais se transformarão em clientes efectivos e, portanto, mais lucrativa será a aplicação de capital neste negócio. Finalmente, o reinvestimento adequado do lucro obtido tornará a empresa (de ensino superior) mais *competitiva*.

No que respeita aos dirigentes das organizações do sector público, é frequente o seu comportamento ter semelhanças com o que acaba de ser descrito. Efectivamente, pressionados pelos governos, se não promovem abertamente a lógica de maximização do lucro – porque não lhes é exigido tanto, porque não o pretendem ou porque tal comportamento não é viável - pelo menos procuram imitar as empresas do sector a fim de obter equilíbrio financeiro à custa de receitas próprias.

2. Produção em massa por via de novos meios técnicos de ensino-aprendizagem.

A *produção em massa* permite diluir custos fixos, tornando menor o custo unitário de produção. Tudo o mais constante, a redução deste custo permite o acréscimo do lucro ou, pelo menos, a redução do prejuízo.

Esta lógica pode ser aplicada ao funcionamento das organizações de ensino superior. Pensando no principal custo fixo, a remuneração do professor, o aumento da dimensão da turma permite, tudo o mais constante, que o custo por aluno seja menor. Mantendo-se o valor da propina, o lucro gerado por cada aluno será maior ou, no caso das organizações do sector público, será menor o peso de cada aluno no orçamento de Estado.

¹ Mercadoria - algo (1) apto para satisfazer necessidades humanas, (2) que é produto do trabalho humano, (3) destinado a outros que não o próprio produtor e que (4) transita para o consumidor através de um acto de compra-venda ou de troca aproximadamente equivalente.

Contudo, o aumento da dimensão da turma em regime de ensino presencial ou a atribuição de mais turmas presenciais ao mesmo professor têm limitações muito grandes. Rapidamente se atinge um estado de saturação, a partir do qual o processo de ensino-aprendizagem se torna inviável. Assim sendo, não constituem solução relevante para a redução do custo unitário por aluno.

Os novos meios técnicos de comunicação constituem o desenvolvimento que permite a real produção em massa no ensino superior. Efectivamente, a leccionação através de plataformas telemáticas – o *e-learning* – em regime de comunicação assíncrona permite a atribuição de um número incomensuravelmente superior de alunos a cada professor, eventualmente afectando a este um conjunto de docentes auxiliares – os vulgarmente denominados *tutores*.

Poderá dizer-se que tal produção em massa já se verificava no ensino a distância pré-plataforma telemática. Contudo, é necessário realçar que o *e-learning*, privilegiando a comunicação assíncrona entre os estudantes:

1. Permite elevada flexibilidade da aprendizagem, já que não há rigidez de tempo de intervenção nem de espaço de intervenção;
2. Incentiva a constituição de *comunidades de aprendizagem* em torno de fóruns moderados pelos estudantes, suportados por plataformas de ensino-aprendizagem (exemplo: MOODLE²).

O ensino a distância pré-plataforma telemática, ou não tem este potencial de interacção (veja-se o caso do telefone e do correio electrónico) ou, se o tem, como no caso da teleconferência (videoconferência e audioconferência), a flexibilidade de aprendizagem é escassa, já que os estudantes estão condicionados por horas e locais de contacto.

É de salientar, contudo, que a flexibilidade de aprendizagem tem de ser acompanhada de uma intervenção muito activa do estudante, traduzida numa elevada capacidade de planear o trabalho, saber organizar os recursos para executar esse trabalho e traduzir esse planeamento e organização em acção consentânea. Estas capacidades são mais importantes do que em regime presencial, já que o enquadramento espaço-temporal do estudante é menor.

² Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environments.

Por via do segundo aspecto mencionado, o ensino a distância pode assumir-se como um processo de elevada interacção social, aproximando-se do que sucede no ensino presencial. Quem não se recorda do estudo em conjunto, da resolução de dúvidas mediante recurso aos colegas de turma, da elaboração de trabalhos em grupo?

A formação de comunidades de aprendizagem permite, igualmente, o desenvolvimento de uma perspectiva multicultural, quando na mesma comunidade se reúnam indivíduos de diferentes culturas.

Para evitar alguma sensação remanescente de isolamento por parte dos estudantes, potenciadora de menor intervenção e, até, de abandono escolar, o docente pode recorrer esporadicamente ao *chat*. Contudo, a finalidade será essencialmente esta – evitar o isolamento – e não fazer do *chat* um elemento relevante do processo lectivo.

É de realçar, contudo, que a sensação de isolamento, que caracteriza historicamente o ensino a distância, tende a esbater-se no *e-learning* visto as gerações habituadas desde tenra idade ao uso da *Internet*, ao *chat* e ao fórum terem uma relação de substancial familiaridade face a estes instrumentos.

3. Taylorismo e desqualificação do professor.

Para que o *e-learning* possa funcionar eficazmente como ensino de massas, é da máxima importância que o professor tenha especial atenção aos materiais de aprendizagem - conteúdos lectivos e actividades formativas – no processo de planeamento e organização das unidades curriculares³.

Trabalhar em *e-learning* com um número elevado de alunos exige, portanto, uma elevada atenção aos conteúdos lectivos pré-preparados. Mesmo considerando que o professor tem uma intervenção relevante como dinamizador do trabalho em grupo dos estudantes – a constituição das comunidades de aprendizagem – o facto é que o processo interactivo entre docentes e discentes resulta subalternizado a favor do processo de produção de conteúdos lectivos, frequentemente propriedade da entidade empregadora – neste caso, um custo fixo – e que

³ Isto é válido, igualmente, para o ensino a distância pré-plataforma telemática. Mas não é desse que aqui falamos.

devem ser tão perfeitos quanto possível a fim de minimizarem o tempo de contacto entre alunos e docentes.

Como referiu Noble (2002), quando as pessoas recordam a sua experiência educativa enquanto estudantes do ensino superior, tendem a referir-se, antes de mais, aos bons e maus professores que tiveram e não ao conteúdo das unidades curriculares. No ensino a distância de massas dificilmente tal acontece.

A produção de conteúdos lectivos e todo o processo de implementação e funcionamento das plataformas telemáticas de ensino-aprendizagem implicam que o professor se veja confrontado com uma maior sobreposição de estruturas orgânicas de tecnólogos – que fazem aumentar os custos fixos - e das conseqüentes normas definidoras de conteúdos lectivos e controladoras do processo de trabalho, face ao verificado em ensino presencial.

Adicionalmente, com o objectivo de reduzir o custo de produção de conteúdos lectivos surge a tendência para a estandardização dos conteúdos lectivos mínimos (tipicamente, o capítulo da matéria). Conforme referido por Silva (2002), esta estandardização facilita a incorporação dos mesmos em diferentes unidades curriculares aparentadas, no âmbito de um processo de produção de conteúdos que, no limite, se assemelha à construção de figuras diferentes com base num conjunto de peças iguais entre si (uma produção “tipo LEGO”).

Há, portanto, a tendência para a fragmentação da produção de conteúdos lectivos: a mesma unidade curricular poderá ter conteúdos produzidos por vários professores e cada professor poderá produzir conteúdos para várias unidades. Finalmente, esses conteúdos lectivos normalizados e estandardizados podem ser transmitidos por tutores, remunerados de forma bem mais escassa do que os professores. Assim se reduzem custos fixos.

Numa estrita perspectiva de mercantilização do ensino superior, e não por força de qualquer inevitabilidade associada ao *e-learning*, as considerações supra levam, não só à redução do número de professores, mas também a que o professor se veja confrontado com uma situação de relativa desqualificação face à situação actual, da qual resulta redução da capacidade reivindicativa e, por decorrência, redução do salário real. Assim se reduzem, uma vez mais, custos fixos.

Efectivamente, os novos meios técnicos de ensino-aprendizagem apenas permitem efectuar de forma diferente o mesmo trabalho: transmitir conhecimento e, simultaneamente, preparar

peças para, autonomamente, adquirir conhecimento. Constituem, apenas, um elemento mediador.

A desqualificação inserir-se-á, isso sim, num modo de actuar mercantil, em que se pretende um melhor resultado financeiro da prestação do serviço face ao do ensino presencial. Ora, para que isto se verifique, (1) o proveito decorrente do maior número de alunos mais (2) a redução de custos associados ao corpo docente – por via da “taylorização” do trabalho do professor - tem de compensar (3) o eventual pagamento de conteúdos lectivos mais (4) o custo da estrutura técnica; de modo a que o resultado seja mais positivo ou menos negativo do que o correspondente em ensino presencial.

4. Conclusão

Desde o início da década de 80 que se vem assistindo, um pouco por toda a Europa ocidental, a um processo de liquidação do *Estado do bem-estar*, mediante a transferência das suas funções para a área mercantil ou, alternativamente, mediante a incorporação de componentes mercantis na prestação de serviços do Estado. O ensino superior não tem escapado a esta lógica de actuação que designamos por *mercantilização*.

Na perspectiva do processo de ensino-aprendizagem, a leccionação através de plataformas telemáticas – o *e-learning* – em regime de comunicação assíncrona constitui um progresso face às formas anteriores de ensino a distância, embora mantenha determinadas limitações e exigências ao aluno, características do ensino a distância em geral.

Paralelamente, tal como nas modalidades anteriores de ensino a distância:

- Permite uma produção de massa, da qual resulta a redução do custo por aluno;
- Dá relevância à produção de conteúdos lectivos, em detrimento da interacção professor-estudante;
- Exige maior estrutura técnica e mais normas (de produção de materiais e de trabalho) do que o exigido no ensino presencial;
- Estimula o processo de standardização e modularização de conteúdos lectivos;
- Permite uma elevada substituição de professores por tutores.

Estas características, se enquadradas num processo de mercantilização do ensino superior, cujo objectivo é aumentar o lucro empresarial ou reduzir despesas públicas, traduzem-se numa desqualificação da profissão docente e, conseqüentemente, na redução de custos associados aos docentes.

Contudo, conforme bem explicitado pelos teóricos organizacionais da denominada *escola sociotécnica*, os mesmos meios técnicos podem ser utilizados com resultados diversos em termos de qualificação profissional. A eventual desqualificação nunca resultará da técnica, mas sim dos objectivos e estratégias que presidem à sua utilização.

Bibliografia consultada

- Noble, David F. (Março 2002), “Technology and the Commodification of Higher Education”, *Monthly Review*, volume 53, número 10 [Sítio da Internet: <http://www.monthlyreview.org/0302noble.htm>].
- Ortsman, Oscar (s.d.), *Mudar o trabalho - as experiências, os métodos, as condições de experimentação social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 410.
- Silva, Victor Paulo Gomes da (Setembro-Outubro 2002), “Sobre o ensino superior e os seus docentes”, *Vértice*, nº 107 (II Série), páginas 47-57.

